

A ATUALIDADE DE KARL POLANYI PARA A RECONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO ECONÔMICO

Prof. Armando de Melo Lisboa
(alisboa@mbox1.ufsc.br)

Resumo:

Este trabalho procura apresentar os motivos pelos quais a reflexão de Karl Polanyi está sendo cada vez mais recuperada. Entendemos que este autor constitui um suporte fundamental para enfrentar e superar (sem resvalar para o irracionalismo) o corrosivo economicismo da vida moderna, bem como é uma fonte extremamente fecunda para inspirar a reconstrução da racionalidade econômica numa nova perspectiva epistemológica.

I. Debilidades da racionalidade econômica dominante

Apresentaremos, ainda que rapidamente, as dificuldades crescentes com as quais atualmente se enfrenta o paradigma econômico estabelecido (em particular sua vertente hegemônica, a neoclássica). É nossa intenção demonstrar que a obra de Karl Polanyi (KP) propicia pistas para o enfrentamento de cada uma destas debilidades.

Entendemos que estas debilidades derivam da própria racionalidade econômica, existindo obstáculos ontológicos, epistemológicos e antropológicos para se perceber que há mais racionalidade mais além da míope racionalidade crematística. Não é nosso propósito, no momento, demonstrar esta afirmação, de resto já por nós desenvolvida anteriormente, bem como profundamente evidenciada nas obras de Georgescu-Roegen, Munford e Naredo, entre outros.

Urge superar estas debilidades, mas sem que fiquemos reinventando a roda, pois podemos – e devemos – nos apoiar nos ombros dos gigantes que nos antecederam e que já apontaram perspectivas diferenciadas para o pensamento econômico. Este é o caso de Karl Polanyi!

1. A crença na modernização industrial

Pode-se constatar que até finais dos anos 60 havia uma quase unanimidade (as exceções sempre confirmam a regra) em aceitar a tese da existência de princípios universais da racionalidade econômica, ou seja: todas as sociedades seriam progressivamente transformadas à imagem e semelhança das ocidentais. Hoje se desfaz este mito do desenvolvimento, ou, pelo menos, este consenso já não é tão absoluto!). Rompeu-se a crença de que apenas uma sociedade altamente industrializada permite liberar as potencialidades humanas. O retorno crescente da problemática relação entre economia e cultura, particularmente em sociedades híbridas como as latino-americanas, tem contribuído decisivamente para a erosão da fé iluminista numa modernização integradora que emana da marcha ascendente da história.

2. A incompreensão de outras racionalidades econômicas

É intrínseco à racionalidade econômica moderna a desvalorização dos outros modos

de vida diferentes do conduzido pela lei do valor. A perspectiva ocidental ainda permanece sendo a do olhar imperial, colonizador, na qual o epistemicídio acompanha e possibilita o genocídio perpetrado pela civilização cristã (vide E. Dussel; B. Santos; A. Quijano).

3. A cegueira quanto à heterogeneidade intrínseca do espaço social

É incrível como a crença no *homo economicus* impede de perceber que as próprias relações mercantis sempre coexistiram com outras relações sociais de caráter não utilitário, sem as quais as próprias relações mercantis não poderiam existir.

Se encapsularmos a sociedade numa redoma artificial regida apenas pelo cálculo racional do interesse próprio e nos comportássemos todos como mercadorias puras, o espaço societário logo se asfixiaria e se auto-destruiria, uma vez que, na ausência das demais dimensões da vida que quotidianamente envolvem as nossas decisões (emoções, afinidades culturais, relações altruístas), seríamos todos psicopatas que buscam apenas o seu máximo prazer. Aliás, na gênese do pensamento econômico, J. Shift, com sua sátira **Modesta proposta para evitar que as crianças pobres da Irlanda deixem se ser um fardo para seus pais e seu país** (uma ironia à **Fábula das abelhas** de Mandeville), já revelava o absurdo do mundo construído pelos economistas.

4. A debilidade de conceitos centrais do pensamento econômico

A surpreendente ausência de uma reflexão sistemática e consistente sobre as categorias fundantes do paradigma econômico – em especial a de Riqueza (e, por tabela, Pobreza), Mercado, Eficiência - agravam (e explicam) a fragilidade e inconsistência da racionalidade econômica hegemônica (conf. Cordeiro; Enguita; Etzioni; Georgescu-Roegen; Max-Neef ; Thurow).

5. A desconexão entre a ciência econômica e as demais ciências do social

A cegueira proveniente da crença de que existem apenas “leis econômicas” engendrou um economicismo arrogante que distanciou decisivamente a reflexão econômica não apenas das considerações éticas, mas também da sociologia, antropologia, geografia, psicologia ...

A denúncia da economia como uma forma de pensamento simplista e que nunca perdeu sua dimensão normativa foi contemporaneamente demonstrada por G. Myrdal e L. Dumont, em particular. No momento ressurgem correntes que advogam a retomada do caráter ético do fato econômico (lembro aqui da Escola de Cambridge, de A. Sen, do debate sobre a renda mínima e a Justiça econômica, e da reflexão sobre Socio-economia vinculada especialmente com A. Etzioni), bem como ressurge a preocupação com as dimensões institucionais e sociológicas do problema econômico. Mas, estas brechas ainda estão distantes de se tornarem hegemônicas na reflexão econômica e pouco influenciaram a formulação das políticas econômico-sociais. A racionalidade economicista das principais instituições contemporâneas segue praticamente incólume.

6. A desconexão entre o pensamento econômico e os avanços nas ciências (da natureza e da vida) e na consciência

O paradigma econômico é uma forma de pensamento disciplinar, datada, presa à epistemologia cartesiano-mecanicista e à divisão de trabalho científico daí decorrente. Disto deriva não apenas o distanciamento da economia das ciências irmãs do social, mas uma distância ainda maior para com as demais áreas do saber (da natureza e da vida), bem como uma absoluta separação das dimensões consideradas não científicas do conhecimento humano.

Assim, os economistas, de modo geral, ainda ignoram que a própria Física ultrapassou a perspectiva mecanicista (na qual os pais fundadores da Economia Política se inspiraram e importaram), que o debate sobre a Termodinâmica já tem mais de 150 anos, e que a categoria Biosfera foi formulada em 1929 (por Vernadsky). Quando então descobrirão o impacto direto sobre a teoria econômica advinda da reflexão ecológica, da Hipótese Gaia, do Princípio da Incerteza de Heizenberg, das aproximações entre *bios* e *polis*, e da formulação das teorias do caos e da complexidade?

Sabemos que alguns esforços tem sido feitos, advindos, em particular, de sub-correntes do pensamento econômico (Teoria dos Jogos, Economia-Ecológica, Bio-Economia, ou mesmo na Economia Política), para incorporar estes novos avanços científicos bem como os novos patamares da reflexão ética. Mas, são, de modo geral, esforços marginais ...

7. Sua impotência diante do crescimento da miséria e da fome

Na verdade, uma perspectiva crítica (e esta é a de KP) vislumbra que as desigualdades são a consequência necessária dos processos de produção de valor, bem como decorrentes da incompreensão que a própria matriz de pensamento econômico possui quanto a pobreza.

8. Sua insuficiência perante a mutação civilizatória em curso

Um grande conjunto de pensadores contemporâneos especulam que as atuais transformações tecnológico-sociais significam uma profunda transformação civilizatória, podendo engendrar o nascimento de uma nova civilização. Entretanto, não resta dúvida de que as forças econômico-político-militares dominantes seguem praticamente imperturbáveis no seu secular e avassalador caminho. Ainda que este coro dos intelectuais seja uma deformação da compreensão do mundo por parte dos mesmos - uma vez que se esta “transição civilizatória” é mais visível no plano filosófico-epistemológico (na forma de compreensão da vida), pode-se constatar a existência dos seguintes sinais que apontam na direção de um esgotamento do mundo moderno:

a) Deparamo-nos cada vez mais com a existência de (óbvios) limites bio e psico-físicos ao modo de vida moderno.

Uma sociedade que se estrutura em torno do “mais é sinônimo de melhor” se depara, tanto no plano bio-físico quanto no psicológico, com impasses absolutos: nunca teremos o suficiente.

Com relação ao plano ecológico, Gandhi, antecipando os atuais dilemas ambientais e

o debate em torno da diminuição da pegada ecológica dos ricos, já afirmou com muita precisão: “*No mundo existe riqueza suficiente para as necessidades de todos, mas não para a ganância de poucos*”.

O tipo de emprego que resta hoje impõe ao assalariado fazer do trabalho o eixo da identidade pessoal. O trabalho se torna cada vez mais um fim em si. Ao invés de entrarmos na era do lazer, com o telefone celular, o micro-computador e correio eletrônico, estamos sempre prontos para o trabalho. As pessoas não tem mais tempo para viver. O comportamento mecânico e programado de todas nossas rotinas cotidianas gera, para além dos já conhecidos efeitos de *stress*, uma esterilização da vida social, ou seja, um processo de normose, de necrose das relações mais íntimas advinda da normalização total da vida. A capacidade das pessoas para gozar é inversamente proporcional ao PIB.

b) Hipótese do umbral do desenvolvimento

Mas, paradoxalmente, existe uma reação contrária à anterior, quando constatamos que um grupo crescente e significativo no núcleo do mundo industrial rechaça a racionalidade utilitarista e valoriza aspectos não econômicos da vida, no que são acompanhados pela reflexão filosófica da pós-modernidade.

É cada vez mais perceptível que temos alcançado certos limiares na acumulação da riqueza onde o crescimento econômico deixa de estar correlacionado positivamente com a qualidade de vida, produzindo apenas melhoras mínimas (ou mesmo diminuindo) tanto na esperança de vida quanto no bem estar subjetivo. Basta um olhar mais atento sobre nossa vida cotidiana que constataremos o excesso de carros, telefones celulares ... No momento isto é contundentemente demonstrado por Inglehart (para o qual estamos entrando numa sociedade pós-materialista), mas é uma velha tese já discutida por Munford, Illich e Max-Neef.

c) As transformações decorrentes do fim do fordismo e da sociedade salarial e a crescente reação contra o domínio do econômico

A escalada da luta contra o neo-liberalismo, os impasses da Reunião da OMC em Seattle (dezembro/1999), a repercussão universal do livro **Horror econômico**, bem como os recentes manifestos **Os desempregados felizes** e **Manifesto contra o trabalho**, apontam para reações contundentes contra o economicismo que rege a vida moderna. Os dilemas básicos da sociedade salarial-produtivista reclamam ultrapassar a esfera da economia – o imperialismo crematístico – nos colocando diante do desafio de superar a Lei do Valor: desamarrar as pessoas da lógica do capital (produzir valor para produzir mais valor).

O desafio de organizar a economia e a sociedade de uma outra forma é antigo e já foi apresentado anteriormente por P. Proudhon, R. Owen, S. Mill, B. Russel, e inclusive (ainda que marginalmente) Keynes, mas hoje ele se mostra mais premente. Os impasses gerados pela reestruturação produtiva em curso podem ser ilustrados por esta afirmação de Betinho: “*O capitalismo conseguiu inventar uma forma de produzir sem emprego. O diabo é que não consegue inventar uma forma de consumir sem salário*”.

Temos a possibilidade material de por-se mais além da racionalidade instrumental e

unidimensional em que se situou a economia moderna, sitiando assim toda a sociedade. Mas, parece-nos que falta a vontade. Este paradoxo foi posto também por J. Ellul, o qual lembra que no século XIX, quando abundavam as energias revolucionárias, eram então limitadas as possibilidades concretas de construir um mundo livre não prisioneiro da esfera das necessidades. Hoje, neste final de século ocorre exatamente o inverso. Apesar das reações anti-economicistas, o sistema tecnológico permanece incólume, ainda que deixe transparecer sinais de fragilidade.

II. A contribuição de Karl Polanyi (1886-1964)

Polanyi constitui um suporte imprescindível para enfrentar e superar (sem cair no irracionalismo) o crescente e cada vez mais perigoso economicismo, ou, na linguagem habermasiana, esta colonização do mundo da vida pelo econômico. Procuraremos demonstrar que sua reflexão está surpreendentemente sintonizada com alguns dos mais recentes avanços da reflexão econômica e social (o que nos obriga a questionar se eles representam efetivamente um “avanço” ...).

1. Conceito de embebedimento (*embeddedness*) e a pluralidade das formas econômicas

Em **A Grande Transformação** (1944) Polanyi demonstra que até o final do século XVIII encontramos em todas as sociedades o sistema econômico imerso no sistema social. Assim, anteriormente à nossa época nenhuma economia era controlada por mercados. Embora a instituição mercados estivesse sempre presente na história humana, *"seu papel era apenas incidental na vida econômica"* (Polanyi, 1980:59). *"Os mercados eram apenas um aspecto acessório de uma estrutura institucional controlada e regulada, mais que nunca, pela autoridade social"* (p.80).

Ao formular a categoria de imersão (ou incrustação, embebedimento), KP explica a impossibilidade de separar mentalmente a economia de outras atividades sociais antes da chegada da sociedade moderna. *"A primeira razão para a ausência de qualquer conceito de economia é a dificuldade de identificar o processo econômico debaixo de condições onde está incrustado em instituições não econômicas"*.

As sociedades não modernas garantiam os meios materiais para a satisfação das necessidades através de duas formas econômicas básicas: reciprocidade e redistribuição (o princípio da permuta, quando existia, ocupava um lugar subordinado à um dos outros dois princípios). Cada uma delas supõe, respectivamente, uma organização social com base na simetria social (sociedades igualitárias) ou centricidade (sociedades com Estado de tipo despótico ou burocrático). De forma alguma deve-se concluir que uma economia não regulada pelo mercado seja necessariamente simples. Estes princípios sócio-econômicos não se restringem a pequenas comunidades e grupos primitivos: *"O circuito Kula, da Melanésia ocidental, baseado no princípio da reciprocidade, é uma das mais complexas transações comerciais já conhecidas pelo homem; e a redistribuição esteve presente, em escala gigantesca, na civilização das pirâmides"*, exemplifica Polanyi (p.65).

2. A falácia econômica

Segundo KP não compreendemos outras economias não ocidentais devido à falácia econômica: identificar toda a economia humana com sua forma de mercado.

Modernamente, em função de um falso e pretenso universalismo do cálculo econômico, ocorreu um monopólio semântico do termo economia, encobrindo a existência de outros sentidos do mesmo.

Acompanhando Aristóteles na diferenciação entre *oikonomia* (entendida como o aprovisionamento material-energético da casa e da polis) e *crematística* (a forma mercantil de adquirir os bens, através da ganância), Polanyi (1994:92) nega que o sustento da humanidade suponha um problema de escassez.

Nas origens do pensamento ocidental, Aristóteles (na sua obra **Política**, sec. IV a.C.) construiu a palavra “Economia” (administrar a casa, em grego – e este é o sentido etimológico original) – dando a ela o significado de forma natural da arte de aquisição – através da diferenciação da palavra “Crematística” – a forma artificial ou mercantil de adquirir bens. Aristóteles não partiu, portanto, da definição da economia como escassez.

Nesta construção originária da categoria “economia”, Aristóteles vai diferenciar dois tipos de riqueza: uma verdadeira, a outra falsa. A verdadeira é caracterizada por ser provinda da natureza (que *"concede a todos os seres" os bens "estritamente necessários"*); pelo conjunto das *"coisas passíveis de acumulação necessárias à vida e úteis à comunidade composta pela família ou pela cidade"*, estando a serviço da auto-suficiência comunitária; e por ser finita: está limitada pela sua finalidade (a satisfação da necessidade concreta), existindo um ponto onde se alcança a suficiência (Aristóteles, 1985:24-25).

A forma falsa da riqueza está vinculada com o outro gênero da arte de aquisição, o mercantil (ou crematístico) - o qual surgiu com a instituição do dinheiro e a expansão do comércio. Neste ramo *"todas as pessoas engajadas em enriquecer tentam aumentar o seu dinheiro ao infinito"*, usando *"de suas faculdades de maneira contrária à natureza"* (p.27, grifo nosso). Relembrando a *"insaciável ambição"* de Midas, Aristóteles indica que a falsa riqueza não visa assegurar a subsistência, mas trata do supérfluo, não tendo *"limites quanto ao seu fim, e seu fim é a riqueza"*. A riqueza obtida desta forma é falsa, tanto em função do seu caráter não natural (ou seja, infinito e ilimitado), quanto por ser prisioneira de uma lógica individualista não comunitária (neste ramo *"alguns homens ganham à custa de outros"*, p.28).

Polanyi (1994:92) também diferencia dois sentidos de "economia": o formal (surge do *"caráter lógico da relação meios-fins"*) e o substantivo (denota *"os meios de sustento do homem"*). Enquanto que na sociedade de mercado o objetivo é o acúmulo de ganhos monetários, em outras economias o que se busca é a reprodução material da própria vida. Entende Polanyi que devemos recuperar o significado substantivo de "economia" (o qual não implica eleição nem insuficiência, mas refere-se ao *"processo institucionalizado de interação que serve a satisfação das necessidades materiais"*, p.104). Para KP o significado substantivo *"deriva da dependência do homem para ganhar a vida da natureza e de seus companheiros, na medida em que isto funciona para fornecer-lhe os meios de satisfazer seus desejos materiais"*.

Recorda Polanyi que foi com a teoria neoclássica que se efetuou a distinção definitiva entre a definição substantiva e a que se refere à escassez, tendo sido C. Menger, em seus **Princípios de Economia** (1871), quem pela primeira vez definiu que a alocação dos meios insuficientes era a preocupação central da Economia. Porém Menger (que,

conf. Hayek - 1983a:215, tinha uma erudição muito superior aos demais co-fundadores da teoria da utilidade marginal) ao longo de sua vida procurou rever sua obra porque não queria dar a "*impressão de que ignorava as sociedades primitivas, arcaicas e outras sociedades que começavam a ser estudadas pelas ciências sociais*" (Polanyi, 1994:94), fazendo todo o possível para impedir a reedição ou a tradução da sua obra incompleta. Após 50 anos de esforço deixou um manuscrito revisado que se publicou em Viena (1923), após sua morte, onde considerava que a economia tem duas "vertentes elementares": a que surge da insuficiência de meios, e outra (que denominou "técnica") que era independente da (in)suficiência de meios. Entretanto, estas distinções rigorosas de Menger tem sido ignoradas.

3. Sua crítica ao conceito de escassez e a conseqüente diferenciação entre riqueza e valor.

Fundamentalmente, KP elaborou uma compreensão do fenômeno econômico não prisioneira da lei do valor, permitindo considerar positivamente as economias não mercantis (bem como os mercados inseridos no interior das mesmas), possibilitando um olhar lúcido na neblina da confusão que se estabeleceu no pensamento econômico entre riqueza, valor, preço e moeda.

A economia se afirmou como disciplina científica (assumindo como sua tarefa promover e gerir o crescimento da produção) sofrendo um duplo deslocamento:

- i) se distanciava das considerações éticas;
- ii) sua noção de produção se deslocava de seu transfundo físico originário para se voltar apenas para o universo dos valores pecuniários.

Progressivamente a noção de riqueza foi sendo abandonada e substituída pelas de valor e preço. De modo geral as teorias econômicas se jubilam com esta evolução da idéia de riqueza para sua forma valor.

Numa economia mercantil é a realidade do valor que comanda as possibilidades de reprodução das riquezas. Uma sociedade de mercado é uma sociedade voltada para a acumulação dos valores de troca. E, como esclarece Castoriadis (e também Aristóteles), o fenômeno do valor é da ordem do *Nomos* (isto é, da instituição política do social) e não da ordem da *Physis* (da natureza). Ocorre que, além de estar mergulhada num contexto ético, em última instância a vida econômica está submetida à leis físicas (pelas quais é governada, diria Quesnay) – uma vez que é no campo dos valores de uso que a Riqueza Social se objetiva.

Mas, para os economistas (com exceção, nos clássicos, de Ricardo e Marx) nunca ficou claro a duplicidade de problemas que significa ora trabalhar com questões relativas ao valor das coisas, ora com as coisas em si. Afirma KP que "*a teoria econômica dos economistas clássicos era essencialmente confusa. O paralelismo entre riqueza e valor gerou os mais nefastos pseudo-problemas em quase todas as áreas da economia ricardiana*" (1980: 132).

A confusão entre riqueza e valor é alimentada pela simultânea ambigüidade entre moeda (signo da riqueza) e riqueza. O fato da moeda não ser riqueza não diminui a sua importância, já que ela é condição de manutenção do nexos social instituído: a

divisão mercantil do trabalho. O problema é que existe um descolamento da lógica financeira (que se rege por leis matemáticas dos juros) da lógica da riqueza (a qual tanto obedece a princípios relativos à organização do social, quanto depende da capacidade técnico-energética de transformação da natureza), originando um fenômeno de transferência de riqueza de quem a produz para quem tem títulos de dívidas.

A riqueza cresce em função de condicionamentos termodinâmicos e sociais. Os títulos de crédito seguem uma lógica puramente matemática. Não é possível simplesmente emparelhar ambas lógicas de uma forma permanente. Alertou F. Soddy que “*se a riqueza social não acompanhar a progressão geométrica das dívidas, determinadas pelas taxas de juros, não será a riqueza que será aumentada nos valores capitalizados, mas as dívidas*” (Cordeiro, 1995: 169). Para se ajustar uma lógica a outra há que retomar a crítica aristotélica à moeda, a qual aponta para mudar a finalidade com que se usa o dinheiro, retirando a sua condição de mercadoria.

A confusão entre riqueza e valor gera armadilhas: se o valor é expressão da riqueza, toda ação econômica que acrescenta valor às coisas é, por definição, criadora de riqueza. Mas, se existe produção de valores que efetivamente resultam em riquezas, elas sempre exigem algum grau de destruição de riquezas e podem, inclusive, apenas se efetivar desta forma trágica (Bataille).

O valor é determinado pela escassez. Ele precisa da escassez em alguma medida para se manter elevado. Por isto o capitalismo é um sistema de criação de desejos e produção de necessidades; é uma civilização fundada no consumismo e no desperdício, sobre processos de obsolescência planejada (as mercadorias não são produzidas para serem consertadas, mas para serem substituídas quando apresentarem defeitos). Esta destruição sistemática de riquezas é intrínseca à racionalidade econômica moderna. Um exemplo clássico da mesma é a política brasileira de defesa do café. Mas, no limite temos a guerra, a forma mais radical de supressão de mercadorias e capitais.

Esta confusão também faz os economistas, além de formular raciocínios loucos (como elogiar o terremoto que destruiu Kobe no Japão porque iria contribuir para a superação da recessão econômica), construir absurdos lógicos, uma vez que os leva a afirmar que algo (a riqueza) existe tanto mais quanto ... ele não existe (se torna raro). Assim, tudo que é abundante e gratuito deixou de ser considerado riqueza, pois riqueza é só aquilo que tem valor.

KP vai demonstrar que é o valor que cresce com a escassez, não a riqueza. Um aumento no valor da terra ocorre sobretudo pelo fato de que sua escassez aumentou. Este valor indica, assim, necessidades maiores, e não maiores quantidades de recursos para satisfazer as necessidades.

A confusão entre riqueza e valor deriva também de uma base real: de fato, a riqueza (potencial) de um indivíduo é tanto maior quanto maior for o valor de troca dos seus bens (problema da relação entre riqueza social e riqueza privada).

Valor é um índice de escassez relativa de riqueza, de dificuldade de produção. O erro reside em tomá-lo como índice de riqueza. Valor é uma relação composta de duas outras relações: utilidade e escassez. Um clássico exemplo esclarece: o ar, apesar de

útil, não possui valor porque não é escasso. Mas, a escassa pérola, quando inacessível no fundo do oceano é pura riqueza, apesar de não ter valor! (Cordeiro, 1995:153).

KP desmontou o dogma da escassez, axioma central da análise econômica. A escassez é o postulado da insuficiência das coisas materiais (a crença de que não há o bastante para todos). Os meios seriam insuficientes para a subsistência humana. A associação da Economia com "escassez" parece óbvia, pois está presente na própria terminologia "economizar" (poupar); "econômico" (barato). Através dela a condição humana é a da "tragédia predestinada", ou seja, somos prisioneiros do trabalho, da perpétua disparidade entre vontades ilimitadas e meios insuficientes.

Polanyi demonstrou a não existência da escassez nas sociedades nômades. No estudo dos povos não ocidentais descobrimos o óbvio: a escassez é definida pela relação entre meios e fins, não sendo propriedade absoluta dos meios disponíveis. Escassez é a proporção entre a quantidade de uma coisa e o uso que se lhe faz. Ou seja, há duas formas de afluência (e de pobreza): as necessidades podem ser facilmente satisfeitas seja produzindo muito, seja desejando pouco.

Um processo colossal de produção de riquezas que não pode gerar a abundância plena – eis uma forma de se perceber a contradição entre riqueza e valor na economia capitalista, entre valor de uso (nos quais a riqueza social se objetiva) e de troca (Cordeiro, 1995: 133). É o que se constata através dos conceitos de “crise de realização, crise de superprodução”.

A ciência econômica moderna se tornou ciência dos valores (Cordeiro, 1995: 128). A ciência das riquezas continuou a se desenvolver dispersamente ora no campo da agronomia, ora na ecologia, na permacultura, na geografia, no urbanismo ...

Atualmente, uma das principais linhas da reflexão que busca reconstruir o paradigma econômico consiste no esforço por redefinir riqueza e progresso, o qual resulta na construção de novos indicadores. A contribuição de KP permite fundamentar uma nova visão sobre a riqueza e sobre a economia, recuperando a antiga idéia da Economia enquanto ciência da riqueza social, da reprodução social. Assim, restringe-se a perspectiva crematística à uma teoria das trocas em regime de escassez, definindo-se a Crematística como ciência (da produção) do(s) valor(es) (de troca) para serem capitalizados.

4. A crítica de Polanyi ao mercado

Para K. Polanyi a verdadeira crítica à sociedade de mercado não é pelo fato dela se basear na economia, mas de sua economia se fundar no auto-interesse, em ser apenas *“conforme os interesses pessoais”* (1980, cap. 21). Entretanto, sua análise sobre o mercado é profundamente matizada. Vejamo-la em detalhes:

a) A grande transformação

A peculiaridade do sistema econômico que surgiu na Europa no século XIX foi que ele se separou institucionalmente do resto da sociedade. Segundo Polanyi, esta é a principal característica da nossa civilização, a primeira a se basear em fundamentos econômicos: sem dúvida que todas as sociedades estão *“limitadas pelas condições materiais da sua existência - este é um traço comum a toda a vida humana, na*

verdade a toda a vida" (1980:47). Mas, na nossa sociedade, *"ao invés da economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico"* (p.72).

Esclareceu KP que, originalmente, mercado é o lugar onde se compram, em pequenas quantidades e a preços estabelecidos, os artigos de primeira necessidade. A transformação dos mercados locais (os quais são, fundamentalmente, mercados de vizinhança) numa economia de mercado auto-regulável (fazendo surgir o mercado moderno, simples mecanismo de oferta-demanda regulado por preços flutuantes) foi o resultado da intervenção do Estado e da expansão do comércio exterior, o qual progressivamente penetrou nos mercados locais, e não da evolução progressiva destes para os âmbitos nacional e internacional.

O surgimento e o desenvolvimento da indústria exigiu que se impusesse o mercado auto-regulado, de forma a que se incluísse nele, como mercadorias, a Terra, o Trabalho e a Moeda, uma vez que estes são elementos essenciais que devem estar disponíveis para a indústria, ou seja, devem estar à venda! *"Tradicionalmente, a terra e o trabalho não são separados: o trabalho é parte da vida, a terra continua sendo parte da natureza, a vida e a natureza formam um todo articulado. [...] A função econômica é apenas uma entre as muitas funções vitais da terra. Esta dá estabilidade à vida do homem; é o local da sua habitação, é a condição da sua segurança física, é a paisagem e as estações do ano. Imaginar a vida do homem sem a terra é o mesmo que imaginá-lo nascendo sem mãos e pés."* (p. 181).

Para KP as máquinas fabris e a economia de mercado nascem concomitantemente. A revolução industrial surge quando começa a tomar corpo a idéia de um mercado auto-regulável. *"A ampliação do mecanismo de mercado aos componentes da indústria - trabalho, terra e dinheiro - foi a consequência inevitável da introdução do sistema fabril numa sociedade comercial"* (p.87).

A Terra, o Trabalho e o Dinheiro são definidas por KP como mercadorias fictícias (ou aparentes), uma vez que eles não foram produzidos como mercadorias mas são tratadas como se o fossem. Organizar a economia através do mercado pressupõe uma transformação completa de tal forma que a natureza, o ser humano e o dinheiro fossem transformados em mercadorias, passando a ser, no caso dos dois primeiros elementos, denominados pela teoria econômica de "terra" e "trabalho". Mas eles não são mercadorias: *"Trabalho é apenas um outro nome para a atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para a venda. Terra é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem. Finalmente, o dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais"* (p.85).

b) As traumáticas consequências para a sociedade e para a natureza

Esta grande transformação (a emancipação do econômico das regras morais graças a separação radical dos aspectos hoje chamados "econômicos" do tecido social) ocorreu através de dolorosos processos sociais, gerando uma reificação da vida econômica e um processo de barbarização.

Logo no início de sua obra magna KP afirma: *"A tese defendida aqui é que a idéia de*

um mercado que se regula a si mesmo era uma idéia puramente utópica. Uma instituição como esta não poderia existir de forma duradoura sem aniquilar a substância humana e a natureza da sociedade, sem destruir ao homem e sem transformar seu ecossistema em um deserto”.

A inclusão da natureza e do ser humano no mercado significou "*subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado*" (p.84). A sociedade humana passa a ser apenas um acessório do sistema econômico, ou seja, uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado. Isto resulta no desmoronamento da sociedade. "*Separar o trabalho das outras atividades da vida e sujeitá-lo às leis do mercado foi o mesmo que aniquilar todas as formas orgânicas da existência e substituí-las por [...] uma organização atomista e individualista*" (p.167).

O progresso, portanto, é feito à custa de desarticulação social. Daí o aparente paradoxo de que a pobreza parece acompanhar uma abundância nunca vista. Somente a ameaça da fome era capaz de criar um mercado de trabalho. A submissão do ser humano à necessidade (à fome) é um fenômeno moderno (tese amplamente demonstrada por um brasileiro contemporâneo de Polanyi: Josué de Castro). É somente quando a pessoa é privada de todas suas autonomias com a desarticulação da *oikonomia* (da “economia natural”) é que sua sobrevivência se vê ameaçada, e surge a pobreza tal como a conhecemos hoje: pessoas despossuídas das mínimas condições de existência. "*É justamente a ausência da ameaça de inanição individual que torna a sociedade primitiva, num certo sentido, mais humana que a economia de mercado*" (p.168).

Enquanto que nas sociedades pré-modernas os incentivos que levam as pessoas à participarem na produção são o orgulho, o prestígio, a dignidade, o status e o reconhecimento público, o que mantém em funcionamento contínuo o moinho do mercado são dois estímulos simples: o temor da fome e o desejo de lucro. Na esperança de que os despossuídos possam satisfazer suas necessidades vitais, e de que os proprietários possam obter benefícios, entrega-se o destino do homem e da natureza nas mãos de um mecanismo autômato (1994: 83).

Mas enquanto tal "progresso" se deu na Europa ocidental ao longo de várias gerações, nos povos colonizados ele se processou mais rapidamente e sem o surgimento de um Estado social, sendo, portanto, mais visível. Como "*o indivíduo numa sociedade primitiva não se vê ameaçado de inanição a menos que a comunidade como um todo também esteja numa situação semelhante*" (1980:167), era necessário destruir as suas instituições tradicionais.

A promessa do paraíso (desenvolvimento) seria alcançada através de sacrifícios (custos sociais). Porém, a expansão incontável da economia crematística, cada vez mais se divorciando (e destruindo) da *oikonomia* inserida na natureza e submersa nas relações sociais, não trouxe, como prometido, uma melhoria generalizada do nível de vida da população. Pelo contrário: o sonho "*converte-se em pesadelo tão logo procura transformar-se em realidade*" (Altvater, 1995:201). O que os modelos mecânicos de desenvolvimento tem engendrado é a ampliação contínua das necessidades (tornando todos carentes de alguma coisa), institucionalizando a escassez, substituindo o *homo ludens* pelo *homo economicus*. O culto da razão no século das luzes nos fizeram acreditar que nossa espécie seria designada como *homo sapiens*. O culto da economia (religião do progresso) no último século nos fez crer

que seríamos o *homo economicus*. A evolução ideológica se completa contemporaneamente com a mutação generalizada do *homo economicus* em *homo miserabilis* (Illich, 1993:47).

Cinco décadas após KP ter apresentado estas teses, aos poucos se impõe, atualmente, a visão de que a superação da pobreza reside no fortalecimento da autonomia cultural-econômica das comunidades (*empowerment*) ditas carentes e na melhora do uso comunal dos comuns recursos naturais, ao contrário da proposta do paradigma econômico vigente de atrelar a sobrevivência dos pobres ao crescimento da economia industrial.

c) A necessidade de um controle social sobre o mercado

As conseqüências são tão ameaçadoras que Polanyi assinala que era inevitável surgir (como ocorreu ao longo do século XIX e XX) algum tipo de protecionismo que limitasse e intervisse no mecanismo do livre mercado.

"Despojados da cobertura protetora das instituições culturais, os seres humanos sucumbiriam sob os efeitos do abandono social; [...]. A natureza seria reduzida a seus elementos mínimos, conspurcadas as paisagens e arredores, poluídos os rios [...]. Finalmente, a administração do poder de compra por parte do mercado liquidaria empresas periodicamente, pois as faltas e excessos de dinheiro seriam tão desastrosos para os negócios como as enchentes e secas nas sociedades primitivas" (1980:85).

Como nenhuma sociedade suportaria estes efeitos catastróficos, seria necessário proteger a *"substância humana e natural, assim como a sua organização de negócios, [...] contra os assaltos desse moinho satânico"* (p. 86). Surgem então os contra-movimentos de proteção social. O próprio negócio capitalista também teve de ser protegido do funcionamento irrestrito do mercado: *"O banco central foi, de fato, um artifício desenvolvido basicamente com o propósito de oferecer proteção"* (p.193).

Esclarece, entretanto, que advogar o primado da sociedade sobre a economia como condição da sobrevivência da humanidade representa **o fim da sociedade de mercado**, o que *"não significa, de forma alguma, a ausência de mercados"* (p.246, grifo nosso), e sim que o mercado deixe de ser *"um órgão de auto-regulação econômica"* guiado apenas pelo sistema de preços.

5. *Economies are produced by economics*. A profecia de Smith.

Diferenciadamente do outro Karl (o Marx) e dos liberais, Polanyi rompeu com a crença da economia como infra-estrutura, demonstrando que é justamente este credo que permitiu o desenvolvimento do capitalismo (Latour, 1999).

Na Inglaterra de finais do século XVIII se inicia a Revolução Industrial, e com ela teve lugar o momento fundacional da utopia econômica capaz de reduzir todos os elementos da produção ao estado de mercadorias. Os racionalizadores da economia política contagiaram de otimismo a empreendedores industriais, que se converteram em pregadores de uma nova religião baseada na fé cega no mercado e no caráter inexorável do progresso. *"A principal correia de transmissão da Revolução Industrial não era a invenção técnica, mas a invenção social. (...) O descobrimento do*

econômico [enquanto ciência] foi uma revelação revolucionária que acelerou enormemente a transformação da sociedade e o estabelecimento de um sistema de mercado” (cap. 10). “Os eruditos proclamavam em uníssono que se havia descoberto uma ciência que não deixava dúvidas quanto as leis que governavam o mundo dos homens. Em nome da autoridade de tais leis, desapareceu dos corações a compaixão, renunciou-se a solidariedade ...” (cap. 8).

A descoberta desta nova ciência, das leis que governam uma economia de mercado, apresentadas sob a autoridade da própria natureza (“*a sociedade econômica estava sujeita a leis que não eram leis humanas*”, p. 133), marcaria o nascimento de uma nova consciência bem como seria a base que guiaria a ação das políticas estatais. A economia de mercado não surgiu de uma tendência natural de expansão dos mercados locais, mas em “*consequência de uma intervenção consciente, e às vezes, violenta, por parte do governo que impôs à sociedade a organização do mercado*” (p. 244).

Quando, em **A Riqueza das Nações** (1776), A. Smith explicou que o “*princípio que dá origem à divisão do trabalho*” era a “*propensão do ser humano ao intercâmbio*” (sugerindo, portanto, que nossa espécie seria definida pela qualidade mercantil, o que levará mais tarde ao conceito de *homo economicus*), afirmou também que inclusive “*numa tribo de caçadores ou pastores*” as pessoas partem “*da consideração de seu interesse próprio*” (Smith, 1983:50). Como na verdade até a época de Smith essa propensão ainda não tinha se manifestado em escala considerável, sugere Polanyi (p. 59) que nunca uma “*leitura errada do passado foi tão profética do futuro*”.

A economia como disciplina, portanto, não descreve o mercado auto-regulado, mas antes o prescreve, executa (Latour)!

6. A crítica ao industrialismo e a perspectiva ontológica de KP

Para KP “*o fato fundamental é que a máquina criou uma nova civilização*” (1994: 65), a ponto da denominada Revolução Industrial se configurar como um dos grandes momentos da história da humanidade (ao lado do Neolítico e do surgimento da agricultura). O desenvolvimento da grande indústria, além de deformar nossa visão sobre o homem e sobre a sociedade (1947: 96), deformou o próprio “*caráter do homem*” (1980: 136). “*A produção mecânica em uma sociedade comercial supõe nada menos que a transformação da substância humana e natural da sociedade em mercadorias*” (cap. 6).

A civilização industrial modificou o centro do ser do homem do interno para o externo, alterando também a nossa relação com a natureza, “*criando novas relações interpessoais que refletem forças físicas e mentais capazes de auto-destruir a raça humana*” (1994: 65). KP alerta para a “*fragmentação do homem*”, para a “*normalização do esforço*”, para a “*supremacia do mecanismo sobre o organismo e da organização sobre a espontaneidade*”, como ameaças para a personalidade e a liberdade: “*a tecnologia industrial está se mostrando a si mesma capaz de gerar tendências suicidas que atacam a raiz da liberdade e da vida mesma*” (p. 68). Adorno e Horkheimer, vivendo também no contexto societário de Polanyi, chegaram às mesmas conclusões: “*O animismo havia dotado a coisa de uma alma. O industrialismo coisifica as almas*”. Entretanto, se “*a humanidade está longe de se haver adaptado à máquina (...) é impossível restaurar o passado ...*” (1980:244). “*Devemos aprender a viver com ela, se é que vamos viver*” (1994: 65).

Cada vez mais exige-se, presentemente, pensar o econômico juntamente com a discussão sobre os fins. Muitos são os que buscam a reintrodução da perspectiva ética na economia. Polanyi explicitamente formulou que uma reestruturação do paradigma econômico supõe uma mutação radical nas motivações humanas (uma “*reforma da consciência humana*”; 1980: 135) na qual o móvel da ganância seja substituído pelo da subsistência. Trata-se de um enfrentamento ético com o ídolo do mercado, o qual adquirindo o *status* de “*uma religião secular*” (p.111), está imbuído do “*credo fervoroso*” na “*salvação secular do homem através de um mercado auto-regulável*” (cap. 12: “*O nascimento do credo liberal*”).

O conjunto destes esforços por não mais submeter a sociedade (a terra, o trabalho e o dinheiro) aos “*moinhos satânicos*” (domínio do valor), tem o mesmo significado quando no passado ocorreu esta submissão: realizar-se-á como uma grande transformação. Isto supõe, no essencial, situar-se no horizonte ontológico.

O dilema que KP expõe sobre “*a liberdade numa sociedade complexa*” (seu último capítulo) consiste que o poder e o planejamento necessários para gerar uma maior liberdade podem se voltar contra o próprio homem e eliminar a própria liberdade.

Como alcançar a liberdade numa sociedade complexa? Aceitando, primeiramente, a realidade da existência da sociedade e a impossibilidade de uma vida sem algum grau de compromisso mútuo e de cooperação. Ora, uma sociedade complexa necessariamente exige algum grau de regulação e controle: “*não existe uma sociedade sem o poder e a compulsão, nem um mundo em que a força não tenha qualquer função*” (p. 250). A solução liberal (ou mesmo a anarquista) é extremamente perigosa. Somente através de uma regulação social sobre o mercado e que delimite a voracidade dos capitais privados e dos indivíduos solipsistas (restringindo, portando, o grau de liberdade individual de alguns) é que será possível “*criar uma liberdade mais ampla para todos*”.

Entretanto, a chave para o problema da liberdade não se encontra no nível institucional, mas radica no “*nível moral ou religioso*”, uma vez que as instituições “*são materializações do significado e do propósito humano*”. A reforma institucional, se não for acompanhada pela reforma no espírito do homem (se não possuir “*uma inspiração espiritual*” – p. 172), não serve para nada. O caminho da liberdade numa sociedade complexa passa pela compreensão do significado da mesma.

Por isto encerra **A grande transformação** com estas últimas afirmações: “*Temos invocado o que consideramos que eram os três fatos constitutivos da consciência do homem ocidental: o conhecimento da morte, o conhecimento da liberdade, o conhecimento da sociedade. O primeiro, segundo a tradição judia, foi revelado na história do Antigo Testamento. O segundo pelos ensinamentos de Jesus Cristo tal como nos mostra o Novo Testamento. A terceira revelação surgiu porque vivemos em uma sociedade industrial. Nenhum grande nome histórico está ligado a ela. Possivelmente Robert Owen é quem esteve mais próximo de converter-se em seu porta-voz. É esta revelação – o conhecimento da sociedade – o que constitui a consciência do homem moderno*” (cap. 21).

Nesta invocação de Owen, presença recorrente, aliás, ao longo da sua obra, KP resgata uma tradição socialista que busca um caminho substancialmente idêntico à sua meta final, e que se caracteriza por uma profunda reforma moral. Se para o liberal a idéia da liberdade degenera na simples defesa da livre empresa, o socialismo real em vão prometeu um reino de liberdade, “*pois os meios determinam os fins*”.

Citando F. Knight - "*nenhum motivo especificamente humano é econômico*" -, conclui Polanyi sua grande obra, que antecipou em muitas décadas os grandes temas do debate atual: "*Após um século de 'desenvolvimento' cego, o homem está restaurando o seu habitat. Se a industrialização não deve extinguir a raça, ela precisa se subordinar às exigências da natureza do homem*" (p.243).

III. O debate em torno da obra de Polanyi

É praticamente dentro da Antropologia (onde é saudado por ser um dos grandes mestres da antropologia econômica) que Polanyi teve seu maior reconhecimento, o que se deve em especial ao seu conceito de *embeddedness*. A obra de KP e seus colaboradores desencadeou um vasto e interminável (e, para alguns, estéril) debate, particularmente nos campos da historiografia e da antropologia econômica, quanto ao caráter formal ou substantivo da economia (a controvérsia entre formalistas x substantivistas), permanecendo até o presente como fonte e referência sobre inúmeras questões. Num nível mais geral, questiona-se o modelo de incrustamento de KP, contrapondo-se ao mesmo a tese de que as economias pré-industriais também tiveram um grau significativo de diferenciação e a presença de padrões de escolha racional por parte dos seus atores. O pensamento de Polanyi, por centrar-se na noção descontínua de Revolução Industrial como Grande Transformação, está sujeito à crítica histórica por subestimar o processo histórico e gradual de diferenciação da economia relativamente à sociedade, em particular no período anterior ao século XIX (Granovetter).

Como era de se esperar, KP foi rejeitado tanto pelos marxistas, quanto pelos conservadores. Produzindo em plena guerra fria um pensamento crítico e independente do maniqueísmo ideológico então em confronto, não é de admirar que em vida tenha tido pouca repercussão (diferentemente dos seus contemporâneos Keynes e Schumpeter), e que apenas aos poucos, na medida em que o neoliberalismo ascende, sua grandeza venha sendo reconhecida de forma mais universal. Destacamos aqui as críticas que lhe foram dirigidas no campo da antropologia de vertente marxista, notadamente por Godelier, bem como no campo da historiografia por Braudel.

Discordando da tese de KP de que economia moderna está *disembedded* da estrutura social, Godelier (1969: 332) defende que em toda sociedade existe uma relação entre o econômico e o não econômico. A racionalidade econômica "*não se reduz, de modo algum, a uma significação 'puramente' econômica*". Por outra parte, denuncia que KP, ao ver na redistribuição uma simples extensão do princípio de reciprocidade que preside as relações de parentesco, "*oculta o caráter opressivo real do poder aristocrático*" (p. 343).

Braudel fará uma dura rejeição do pensamento de KP. Em **Civilização Material, Economia e Capitalismo**, critica "*seu quase total desconhecimento da história*", pois afirma que KP ignora os "*numerosos trabalhos clássicos sobre a história dos preços*". Adotando como critério por excelência da existência de um mercado a flutuação dos preços, sustenta existir economia de mercado muito antes do século XIX. Censura também o "*gosto teológico pela definição*", ou seja, que a definição de mercado KP "*é uma criação da mente*" (Braudel, 1996: 195).

IV. Conclusão: a contemporaneidade de Polanyi

a) Os atuais contra-movimentos em torno da Terra, Trabalho e Dinheiro

Atualmente cresce o clamor pela necessidade de estabelecer um controle social sobre o mercado. Nesta contemporânea virada de milênio, diversos contra-movimentos de proteção social lutam exatamente para situar a Terra, o Trabalho e a Moeda fora da ação da lei do valor. Vejamos:

i) A progressiva desmercantilização da Terra

Isto está visível na progressiva importância da questão ambiental na sociedade contemporânea, bem como na luta dos movimentos ecológicos por situar a natureza fora do domínio crematístico. Também dentro da Economia-Ecológica, uma importante corrente advoga a incomensurabilidade da natureza e da vida (Martínez Alier).

Os recursos naturais, por não terem sido produzidos para o mercado, por se tratarem de *stoks* (e não de fluxos), requerem que, para sua gestão, se mude o *status quo* econômico com o qual são medido: não é no campo do valor econômico e no jogo das forças de mercado. KP já antevia isto, pois afirmava que “*situar a terra fora do mercado equivale a incorporá-la a determinadas instituições ...*” (1980:393).

ii) A perda do Trabalho da sua condição de mercadoria

W. Leontief cunhou em 1982 uma frase admirável: “*Quando a criação de riquezas não depender mais do trabalho dos homens, estes morrerão de fome nas portas do paraíso, a menos que se responda por meio de uma nova política de renda a nova situação técnica*”. Uma das maiores dificuldades do paradigma econômico moderno é que sua centralidade no trabalho assalariado está questionada pela sua escassez. A resposta do sistema é a flexibilização do trabalho. Esta resposta contrapõe-se aqueles que lutam para sair da sociedade salarial (como Castells) através da superação da redução condição humana à mercadoria.

Muitos são os que hoje, ao advogar o direito à um ingresso social incondicional como uma possibilidade que corresponde melhor a economia que se está desenhando em função das transformações atuais (superando-se o beco sem saída da economia mercantil), apontam para o sentido da evolução presente: “está caduca a lei do valor”.

Nos atuais sistemas produtivos integrados homem-máquina-organização, a contribuição pessoal de cada trabalhador já não é mais mensurável, o que torna o produto nacional um bem coletivo. Assim, os preços já não refletem o custo do trabalho imediato, cada vez mais marginal. Torna-se ultrapassado, portanto, o princípio de “a cada um segundo seu trabalho”. Quando a inteligência e a imaginação se convertem na principal força produtiva, o tempo de trabalho deixa de ser a medida do trabalho, bem como deixa de ser mensurável. O valor de uso produzido pode não ter nenhuma relação com o tempo consumido na produção.

Isto aponta para uma reorganização societária onde o trabalho se emancipe da dominação do capital e a pessoa se emancipe da dominação do trabalho para desenvolver-se na diversidade de suas múltiplas atividades. Em resumo, reconquistar o poder das atividades vivas sobre o aparato e o processo social de produção,

reconquistar o poder sobre o tempo. Como já constatamos, este conflito não é novo. O que é novo é que ele se torna cada vez mais central (Gorz).

iii) Os impasses da economia cassino globalizada

É fundamental afastar-se do fenômeno do fetichismo do dinheiro, retirando-lhe qualquer possibilidade (ainda que hipotética) de produzir riqueza pela sua simples circulação. Trata-se de conferir ao dinheiro aquilo que ele realmente é: um título de participação e poder de comando sobre a riqueza social.

Os atuais Clubes de Troca (as redes mutualistas de intercâmbio e comércio local, também conhecidas como LETs) bem como a emergência das redes de comércio justo, reinventam o dinheiro (e o próprio mercado) exatamente enquanto não mercadoria, de forma que o mesmo não fique sob o domínio da lei do valor. As lutas do movimento internacional de cidadãos ATTAC, contra a especulação financeira internacional através da taxação das mesmas tem o mesmo sentido.

b) Polanyi: precursor de um pensamento plural e integrado

Hoje, pós muro de Berlim, é atualíssimo realizar pontes com o pensamento socialista utópico, constatar que a terra, a pessoa e o dinheiro não são mercadorias, reivindicar a dimensão moral da economia, redescobrir a importância da comunidade, forjar um pensamento integrado bio-polis-eco, demonstrar o caráter cultural do fenômeno econômico, recuperar Aristóteles, valorizar as economias não monetárias, alertar para os graves perigos da auto-regulação do mercado, criticar o industrialismo, e mesmo pensar a viabilidade de um socialismo de mercado.

No contexto da segunda grande guerra mundial e num momento em que o liberalismo estava desacreditado, KP captou brilhantemente o significado dos câmbios que se operavam nas relações sociais e no papel que ocupa a espécie humana na biosfera com o advento da Revolução Industrial e a formação da Sociedade de Mercado.

KP partiu do óbvio: não considerou a separação pessoa-natureza e situou a sociedade (e a economia) no contexto obrigatório da biosfera, superando a miopia dos esquemas analíticos da economia que, com frequência, ignoram outras realidades e outros esquemas interpretativos.

Polanyi não ficou prisioneiro da concepção reducionista-cartesiana da conduta humana do *homo economicus*, refutando o universalismo do cálculo econômico, além de compreender a esfera econômica embebida na sociedade. Apresentou as consequências de uma economia que se auto-regula (com vistas à buscar o máximo de valor) à margem de todo freio moral, especialmente quanto ao significado da perda da coesão social e desarticulação da esfera comunitária.

A atualidade de KP é que ele pensou o mercado, apostando na viabilidade e urgência de subordinar a economia à política. Numa obra recente, Dupuy (1992) afirma que: *“Posto que na atualidade a ‘via socialista’ para a justiça parece mais que hipotética, a incapacidade de pensar o mercado em suas dimensões morais e sociopolíticas se torna preocupante – especialmente quando, no rink das ideologias, o mercado é o único que fica em pé”*.

Hoje o tratamento dos conflitos impõe reintroduzir a ética na reflexão econômica. KP já apresentava esta discussão sobre os fins, compreendendo que a economia carrega todo um lastro de aspectos morais, uma vez que o *oikos* (habitat humano) não é apenas um mundo de objetos, mas também de valores e símbolos – ou seja, pertence simultaneamente às esferas do *ethos* e da *physis*.

KP compreendeu a evolução da idéia de riqueza e as conseqüências do seu deslocamento em direção à forma valor, desenvolvendo um pensamento que permite a reconstrução da Economia enquanto ciência das riquezas. KP visualizou uma economia não voltada para o crescimento do valor, reconhecendo a importância das economias não monetárias.

Ao pensar a economia inserida num meio físico-social, KP modificou o estatuto do econômico, retirando o seu caráter absoluto. Adotou um enfoque eco-integrador que abriu a reflexão econômica para o mundo físico e ético-institucional (ou seja, foi muito mais além da perspectiva crematística que contabiliza apenas o valor monetário). Assim, elaborou, incrivelmente, uma reflexão sobre o econômico e o social muito adequada aos avanços atuais da reflexão ética (H. Jonas; Lipovetsky) e das ciências e os novos conceitos de termodinâmica, hipótese gaia ...

A perspectiva de KP permite (re)aproximar a economia da antropologia, da sociologia, da história, da ecologia, da filosofia ética, da política ..., além de antecipar em muitas décadas muitos dos desdobramentos contemporâneos da reflexão sobre o econômico que se fazem hoje ainda em compartimentos praticamente estanques – se bem que sejam inovadores e estejam contribuindo para a superação do economicismo vulgar – como os da Economia-Ecológica, da Sócio-Economia, da Sociologia Econômica, da Economia Institucional, da Bio-Economia ... Estes nobres esforços parecem muitas vezes com os cegos que tateiam um elefante ... Se ignorarmos KP a impressão que fica é de que estamos, mais uma vez, reinventando a roda, com a desvantagem de não construir um pensamento integrado.

Evidentemente, KP não vai dissolver todas as diferenças entre as atuais correntes que estão a renovar as interpretações do problema econômico-social, mas pelo menos oferece um patamar seguro para formular uma visão do econômico não reducionista e extremamente aberta para o diálogo com outras áreas do saber, além de surpreendente conectada com os dilemas societários desta virada de milênio.

Polanyi constitui-se num suporte imprescindível para enfrentar e superar o economicismo e os graves desafios contemporâneos da nossa civilização, proporcionando *insights* e pistas de caminhos seguros que nos ajudam a construir o tão almejado pensamento complexo sem cair nos modismos pós-modernos ou nos fáceis irracionalismos tão abundantes hoje.

Será o século XXI polynista, como alguns já afirmam? Há uma tendência em fazer de KP uma nova moda intelectual. De qualquer forma, não tenho a pretensão de fazer parte desta possível corrente – a qual nega profundamente o espírito do próprio KP, uma vez que este construiu um pensamento plural e independente, procurando ser livre dos esquematismos vulgares. Por isto foi tão pouco compreendido e por muito ignorado pelos economistas. Penso apenas que KP constitui um indiscutível e imprescindível clássico das ciências sociais: nos ajuda a pensar! Particularmente, na reconstrução do paradigma econômico, integrando-o interdisciplinarmente.

Bibliografia.

- Aristóteles. **Política**. Brasília: UnB, 1985.
- Altwater, Elmar. **O preço da riqueza**. São Paulo: UNESP, 1995.
- Bataille, Georges. **La part maudite**. Paris: Ed. Minuit, 1967.
- Braudel, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo séculos XV-XVIII. Os jogos das trocas** (vol. 2). São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- Castoriadis, Cornelius. "Reflexiones sobre el 'desarrollo' y la 'racionalidad' ". In: Vários. **El mito del desarrollo**. Barcelona: Kairós, 1979.
- Cordeiro, Renato. **Da riqueza das nações à ciência das riquezas**. São Paulo: Loyola, 1995.
- Cox, Harvey. **A festa dos foliões**. Petrópolis: Vozes, 1974.
- Daly, Herman; Cobb Jr., John. **For the common good**. Boston: Beacon Press, 1989.
- Dumont, Louis. **Homo aequalis**. Paris: Gallimard, 1977.
- Dupuy, Jean-Pierre. **Le sacrifice et l'envie**. Paris: Fondation Saint-Simon, 1992.
- Dussel, Enrique. **Filosofia da libertação**. São Paulo: Loyola, 1982.
- Enguita, Mariano. **Economía y sociología**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1998.
- Escobar, Arturo. **Encountering development**. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- Etzioni, Amitai. **The moral dimension: toward a new economics**. Nova York: Free Press, 1988.
- Georgescu-Roegen, Nicolas. **The entropy law and the economic process**. Cambridge-London: Harvard Press, 1981 (fourth printing).
- Godelier, Maurice. **Racionalidade e irracionalidade na economia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.
- Granovetter, Mark. "Economic action and social structure: the problem of embeddedness". In: **American Journal of Sociology**, 1991, p. 481-510.
- Hayek, F. "Introdução". In: Menger, K. **Princípios de Economia Política**. São Paulo: Abril, 1983a.
- Huizinga, Johan. **Homo ludens**. São Paulo: Perspectiva, 1996 (4. ed.).
- Illich, Iván. "Bevölkerung". In: Sachs, W. (H.G.). **Wie im westen so auf erden**. Hamburg: Rowohlt, 1993.
- Lisboa, Armando. "Desenvolvimento. Uma idéia subdesenvolvida". In: Niterói: **Encontro Nacional de Economia Clássica e Política** (anais), 1996.
- Martínez Alier. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: FURB, 1998.
- Max-Neef. **Human scale development**. New York: Apex, 1991.
- Menger, Carl. **Princípios de Economia Política**. São Paulo: Abril, 1983.
- Myrdal, Gunnar. **A objectividade nas ciências sociais**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1976.
- Polanyi, Karl. "On belief in economic determinism". In: **The Sociological Review**, vol. XXXIX, 1947, p. 96-102.
- _____. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- _____. **El sustento del hombre**. Barcelona: Mondadori, 1994.
- Prigogine, Ilya; Stengers, Isabelle. **A nova aliança**. Brasília: UnB, 1984.
- Quijano, Aníbal. "La nueva heterogeneidad estructural de América Latina". In: Sonntag, H. (ed.). **¿Nuevos temas, nuevos contenidos?** Caracas: Nueva Sociedad, 1989.

- Sahlins, Marshall. "A primeira sociedade da afluência". In: Carvalho, E. (org.). **Antropologia econômica**. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978.
- Santos, Boaventura. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- Schiva, Vandana. **Abrazar la vida**. Montevideo: Inst. del Tercer Mundo, 1991.
- Sen, Amartya. "Comportamento econômico e sentimentos morais". In: **Lua Nova**, n. 25, 1992.
- Smith, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril, 1983.
- Thurow, Lester. **Dangerous currents**. Oxford: Oxford University, 1983.